



7. JULGAMENTO

Todos os trabalhos mencionados no item 4 deste Regulamento passarão por duas etapas de avaliação:

7.1 Pré seleção: os trabalhos recebidos passarão por uma triagem realizada por equipe do Denatran, designada pelo Diretor, que será responsável por excluir os trabalhos que estiverem em desacordo com as especificações contidas neste Regulamento, bem como ordenar a separação dos trabalhos por categoria.

7.2 No processo de pré-seleção serão automaticamente desclassificados os trabalhos recebidos:

7.2.1 com qualquer tipo de identificação do participante, diversa do número identificador (no envelope, na capa ou no corpo do trabalho);

7.2.2 sem a folha de identificação, conforme descrição contida nos itens 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4;

7.2.3 em formato de papel e de digitação diferentes daqueles especificados neste Regulamento (ver item 4 'apresentação');

7.2.4 que não contiverem o número mínimo ou máximo de linhas (ver item 4.2.2);

7.2.5 que não atenderem aos temas especificados para as categorias, explicitados neste Regulamento ver item 4 'temas';

7.2.6 em envelope, invólucro, caixa ou pacote que contenha mais de um trabalho;

7.2.7 que forem enviados sem o carimbo postal;

7.2.8 que forem enviados com carimbo postal fora da data especificada no item 5.5;

7.2.9 com rasuras ou rasgados;

7.2.10 sem o número identificador ao final do trabalho como descrito no item 5.1.4.

7.3 A equipe do Denatran não se manifestará quanto ao conteúdo do trabalho recebido.

7.4 Critérios de julgamento

Após a pré-seleção realizada pela equipe do Denatran, os trabalhos serão julgados de acordo com critérios de caráter eliminatório:

7.4.1 PRÉ-ESCOLA (4, 5 e 6 anos)

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	25 pontos
Criatividade	25 pontos
Originalidade	25 pontos
Composição do cartaz	25 pontos
TOTAL	100 pontos

7.4.2 ENSINO FUNDAMENTAL

7.4.2.1 SUBCATEGORIA 1ª A 4ª SÉRIES (1º a 5º anos)

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	25 pontos
Criatividade	25 pontos
Originalidade	25 pontos
Composição da produção artística	25 pontos
TOTAL	100 pontos

7.4.2.2 SUBCATEGORIA 5ª A 8ª SÉRIES (6º a 9º anos)

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	20 pontos
Criatividade	20 pontos
Originalidade	20 pontos
Apresentação escrita conforme especificações contidas no item 4.2.2.1 deste Regulamento.	20 pontos
Ortografia e gramática	20 pontos
TOTAL	100 pontos

7.4.3 ENSINO MÉDIO E EJA

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	25 pontos
Criatividade	25 pontos
Originalidade	25 pontos
Composição da produção artística	25 pontos
TOTAL	100 pontos

7.4.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	25 pontos
Criatividade	25 pontos
Originalidade	25 pontos
Composição da produção artística	25 pontos
TOTAL	100 pontos

7.4.5 EDUCADOR(A)

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	40 pontos
Metodologia utilizada para implementação do projeto pedagógico	40 pontos
Pertinência (a importância e a relevância do projeto pedagógico para a comunidade/sociedade)	40 pontos
Qualidade técnica do projeto pedagógico	40 pontos
Qualidade técnica dos materiais complementares	40 pontos
TOTAL	200 pontos

7.4.6 EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	30 pontos
Ineditismo (o programa/projeto deve ter sido implementado pela primeira vez em 2009 e/ou 2010, independentemente do local)	30 pontos
Abrangência (o programa/projeto compreende público alvo abrangente)	30 pontos

Pertinência (a importância e a relevância do programa/projeto para a comunidade/sociedade)	30 pontos
Qualidade técnica do projeto pedagógico	40 pontos
Qualidade técnica dos materiais complementares	40 pontos
TOTAL	200 pontos

7.4.7 OBRA TÉCNICA

Critério	Pontuação
Adequação ao tema	20 pontos
Linguagem apropriada, técnica e clara	20 pontos
Enfoque original e criativo	20 pontos
Profundidade da análise, com a delimitação adequada do tema e esgotamento do problema proposto	20 pontos
Relevância da abordagem na área do trânsito	20 pontos
Fundamentação com a contextualização do problema	20 pontos
Revisão bibliográfica atual	20 pontos
Independência intelectual	20 pontos
Cientificidade, com clareza do método utilizado e das fontes citadas	20 pontos
Coerência entre argumentos e resultados apresentados	20 pontos
TOTAL	200 pontos

7.4.8 CIDADANIA

Critério	Pontuação
Concepção e abordagem do tema	25 pontos
Criatividade	25 pontos
Originalidade	25 pontos
Estética	25 pontos
TOTAL	100 pontos

7.5 Em caso de empate na pontuação total entre dois ou mais participantes, será considerada a maior pontuação obtida no primeiro critério de julgamento, conforme especificado neste Regulamento para cada categoria. Persistindo o empate será considerada a maior pontuação obtida no segundo critério de julgamento, e assim sucessivamente até o quarto critério de julgamento, estabelecido para cada categoria. Na hipótese de ainda haver igualdade na nota final, observar-se-á a data de inscrição do participante, sendo considerado vencedor o trabalho que tiver sido inscrito primeiro.

8. COMISSÃO JULGADORA

8.1 Serão constituídas 9 (nove) comissões julgadoras, cada qual para avaliar uma das categorias/subcategorias referidas no item 3 deste Regulamento.

8.2 As comissões julgadoras serão presididas e instituídas pelo Diretor do Denatran e integradas por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) pessoas com comprovado conhecimento técnico, para avaliar os trabalhos relativos às categorias descritas no item 3 deste Regulamento.

8.3 Poderão ser convidados, a critério do Diretor do Denatran, profissionais da área de educação, de trânsito, artistas, escritores, professores universitários, músicos e outros profissionais com afinidade à categoria.

8.4 As comissões julgadoras analisarão e pontuarão os trabalhos segundo os critérios técnicos definidos no item 7.4 deste Regulamento, contribuindo para a classificação dos finalistas, identificando e elegendo os 03 (três) trabalhos que serão premiados em cada categoria.

8.5 Os trabalhos das comissões julgadoras serão considerados honoríficos, não ensejando qualquer forma de remuneração.

8.6 A decisão das comissões julgadoras sobre a escolha dos trabalhos vencedores será soberana e irrecorrível, podendo, inclusive, decidir pela não atribuição de prêmios a trabalhos apresentados que não atinjam o mínimo de 20 pontos no total da pontuação estabelecida nos critérios de julgamento contidos no item 7.4.

8.7 Caso os integrantes das Comissões Julgadoras não residam em Brasília, o Denatran custeará suas despesas com deslocamento à cidade nos termos da legislação vigente.

9. PREMIAÇÃO

9.1 Os prêmios serão assim distribuídos:

9.1.1 PRÉ-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL (1ª a 4ª séries / 1º a 5º anos), ENSINO FUNDAMENTAL (5ª a 8ª séries / 6º a 9º anos), ENSINO MÉDIO/EJA, EDUCAÇÃO ESPECIAL, CIDADANIA

1º lugar: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

2º lugar: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

3º lugar: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

9.1.2 EDUCADOR, EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO E OBRA TÉCNICA

1º lugar: R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

2º lugar: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

3º lugar: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

9.2 Os(as) premiados(as) em 1º, 2º e 3º lugares, além da quantia em dinheiro, receberão certificados.

9.3 A Prefeitura Municipal que encaminhar maior quantidade de trabalhos receberá certificado de premiação.

10. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

10.1 A relação dos premiados será divulgada por meio do sítio do Denatran <http://www.denatran.gov.br> no dia 12 de novembro de 2010.

10.2 Os(as) premiados(as) também serão informados via e-mail, fax ou telefone.

11. CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

11.1 Após divulgação dos resultados finais, o Denatran realizará uma cerimônia de premiação dos(as) vencedores(as) e da Prefeitura, em Brasília/DF, em data e local a serem informados em momento oportuno.

11.2 Caso os(as) vencedores(as) não residam em Brasília/DF, o Denatran custeará suas despesas de deslocamento à cidade e hospedagem nos termos da legislação vigente.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Os trabalhos deverão ser encaminhados, exclusivamente, via correio (conforme especificação contida no item 5 deste Regulamento).

12.2 Todos os trabalhos encaminhados, inclusive os dos vencedores, não serão devolvidos.

12.3 Os trabalhos enviados deverão ser de autoria do(a) participante. A veracidade da autoria é de responsabilidade do(a) participante. Caso as comissões julgadoras detectem cópias de obras já publicadas (no todo ou em partes) sem referência à fonte, o trabalho será, automaticamente, desclassificado.

12.4 O simples envio do trabalho representará o reconhecimento e a aceitação tácita das normas deste Regulamento e da legislação pertinente.

12.5 Todos os trabalhos inscritos poderão ser expostos, veiculados e reproduzidos em programas e eventos do interesse do Denatran, sob qualquer forma, por meios de comunicação de todo o país, respeitado o conteúdo essencial do trabalho e garantido a citação da fonte e identificação do(a) autor(a), sem que isso implique qualquer tipo de remuneração ou compensação para seu (sua) autor(a).

12.6 O Denatran não se pronunciará sobre qualquer decisão adotada pelas comissões julgadoras, soberanas sobre o julgamento e sobre a classificação dos trabalhos.

12.7 O presente Regulamento poderá ser alterado e/ou o concurso suspenso ou cancelado, sem aviso prévio, por motivo de força maior ou por qualquer outro fator ou motivo imprevisto que esteja fora do controle do Denatran e que comprometa o concurso de forma a impedir ou modificar substancialmente a condução deste como originalmente planejado.

12.8 Eventuais casos omissos neste Regulamento serão analisados pelas Comissões Julgadoras instituídas pelo Diretor do Denatran, não cabendo direito a recursos, a qualquer título, sobre sua decisão.

12.9 As opiniões e as posições expressas nos trabalhos inscritos serão de responsabilidade de seus autores e seus conteúdos não expressam, necessariamente, as idéias e opiniões do Denatran.

12.10 Eventuais dúvidas relacionadas a este concurso e seu Regulamento podem ser esclarecidas exclusivamente por meio do endereço eletrônico: premio.denatran@cidades.gov.br.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 619, DE 2 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Servi

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 632, DE 2 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, canal 24 (vinte e quatro).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

1 - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios

70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.º 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.º 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 633, DE 2 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, canal 52 (cinquenta e dois).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

1 - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios

70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.º 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.º 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR****RESOLUÇÃO Nº 541, DE 29 DE JUNHO DE 2010**

Altera o art. 74, caput, e seu § 1º; e inclui os §§ 3º e 4º no art. 74 do Regulamento do Serviço de Radioamador, aprovado pela Resolução n.º 449, de 17 de novembro de 2006.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelos arts. 17 e 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO os comentários recebidos decorrentes da Consulta Pública nº 36, de 14 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de setembro de 2009;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo nº 53500.002136/2009; e

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 567, de 17 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 74, caput, e seu § 1º; e incluir os §§ 3º e 4º no art. 74 do Regulamento do Serviço de Radioamador, aprovado pela Resolução nº 449, de 17 de novembro de 2006, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN
Presidente do Conselho
Substituto

ANEXO

Art. 1º O art. 74 do Regulamento do Serviço de Radioamador, aprovado pela Resolução n.º 449, de 17 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74. Fica estabelecido prazo de 60 meses contado da data de publicação deste regulamento, para que os radioamadores titulares do COER Classe "D" efetuem a sua migração para a Classe "C", citada no art. 33, inciso I, deste regulamento.

§1º A emissão de novo COER, bem como a expedição de nova Licença para Funcionamento de Estação de Radioamador, necessárias para a efetivação da migração para a Classe "C", implicarão o pagamento do preço de serviço administrativo, para cada documento emitido, nos termos do art. 25, inciso II, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo da Fiscalização das Telecomunicações - Fistel, aprovado na forma do anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001.

§2º Durante o período de transição, a Anatel não distribuirá indicativos especiais com o prefixo "ZZ".

§3º A inobservância dessa determinação sujeitará os radioamadores a:

I - sua exclusão da base de dados da Anatel;

II - sua inabilitação para obter autorização para executar o Serviço de Radioamador e operar estação do serviço; e

III - cassação da autorização do Serviço de Radioamador, quando for o caso.

§4º Os radioamadores que incorrerem no parágrafo anterior não terão direito a qualquer resarcimento de valores pagos a título de serviço administrativo, licenciamento de estações, obtenção de autorização de serviço ou preço público pelo direito de uso de radiofrequência, bem como, caso venham solicitar novo COER, sujeitar-se-ão integralmente ao determinado no Título IV deste regulamento."

ATO Nº 904, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2009

Processo nº 53569.001349/2008

Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para execução do Serviço de Radioamador de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no art. 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.ADEMAR MENDES DA SILVA	50005823498	005.899.422-04
002.ADERALDO CARDOSO DE JESUS	50012045349	178.323.732-53
003.ALBERTO FRANCISCO SOARES JUNIOR	50003923290	042.399.892-72
004.ALBERTO SALOMAO JUNIOR	50401599787	586.307.082-04
005.ALLAN WYLK GUIMARAO DE LUCENA	50013363417	635.596.762-15
006.AMARILDO CARLOS DA SILVA	50403724775	278.403.953-68
007.AMBROZINA VILMA VIANA LEITE	50012210994	161.460.773-72
008.AMERICO DE CASTRO RIBEIRO	08000052369	007.738.402-49
009.ANA CRISTINA CARNEIRO GAYA	50011946873	147.495.302-63
010.ANA KLUICIA CARNEIRO ARRUDA	50401286576	650.604.233-87
011.ANALAURA CORRADI	50013459015	057.178.038-50
012.ANTONIO BENTO MEDRADO	50011668881	181.362.222-15
013.ANTONIO CARLOS MARTINS PINTO	08000052288	000.037.002-91
014.ARMANDO DA SILVA NUNES	50012043052	023.911.632-15
015.BENEDITO CARRERA BAHIA	50012170593	460.964.262-04
016.BERNARDO DA COSTA FERREIRA	500013380346	630.614.302-53
017.DANIEL BARBOSA DOS SANTOS	50403437369	487.020.801-68
018.DAVID LIMA FEITOSA	50012342041	255.603.523-49
019.DOLORES BRANDAO FIGUEIREDO	50012164003	207.601.832-87
020.DORIVAL DOS PASSOS PINHEIRO SOUSA	08020364145	030.230.362-68
021.EDISON PINTO DE SOUZA	50011724382	429.139.262-15
022.EDMILSON DO AMARAL PARENTE	50402205960	036.503.082-15
023.FABIANO MATOS COSTA	50401363902	708.427.603-34
024.FRANCISCO RUBENIO DE OLIVEIRA	180000154374	057.009.654-53
025.JOAO ALEXANDRE PINHEIRO LOBO	08020325409	154.887.722-00
026.JOAO CANDEIA NETO	50401349675	036.816.022-04
027.JOAO DE DEUS DE OLIVEIRA ROSA NETO	08000028492	022.177.753-91
028.JOSE CAVALCANTE DA SILVA	50401867110	069.717.252-04
029.JOSE DE J JANSEN PEREIRA	08000033739	003.134.753-34
030.JOSE DE SOUZA ARAUJO	08000032414	098.586.103-78
031.JOSE JOAO DA SILVA	08020295313	179.229.414-04
032.JOSE RIBAMAR DINIZ JANSEN DE MELO	50011634472	074.979.033-49
033.KLEBER ASSUNCAO BASTOS DE OLIVEIRA	50012373516	439.652.532-04
034.LAILSON FERNANDO GAYA JUNIOR	50401857824	116.334.502-44
035.LEONARDO VIANA ARAUJO	50014030497	966.994.773-15
036.LEONIDAS ARAUJO DA SILVA	50012209473	110.984.903-63
037.LEONIDAS ARAUJO DA SILVA FILHO	50014173174	018.288.023-01
038.LILIANE DE JESUS CORREA	50012387142	591.844.002-00
039.LUCIANO DA COSTA SILVA	50403718104	608.876.642-53
040.LUIS PAES FEIO JUNIOR	50402815289	432.677.852-00
041.LUIZ GONZAGA PEREIRA DA SILVA	12020441152	076.388.253-49
042.MANOEL CRUZ DA SILVA	50012699624	178.840.552-87
043.MARIO BARBOSA NUNES	08020305483	245.125.752-00
044.MARIO TADEU FERREIRA DAS NEVES	50403034914	083.144.972-15
045.MARKUS BARCELLOS DE ALBUQUERQUE	08020305483	721.061.312-91
046.MICHEL BENCHIMOL DA SILVA	50402661540	007.768.232-72
047.MILTON FRANCISCO DE SOUZA	50401392252	007.768.232-72
048.MILTON MESQUITA PINTO	18000173409	786.185.173-72
049.OSMARINO FIGUEIREDO MAIA	50011018917	145.313.802-15
050.PATRICK ANDERSON BARROS DA CONCEIÇÃO	50403607892	716.229.502-91
051.PEDRO DE ALCANTARA COELHO FILHO	08000071401	001.852.213-00
052.RAIMUNDO NONATO VIEIRA	50014028328	025.103.323-68
053.RICARDO ANDRE CAMARGO ARAUJO	50401364127	871.826.453-00
054.RONALDO LUIZ GONCALVES FARINHA	50402429990	076.644.192-04
055.ROOSEVELT BRAID ASSUNCAO RIBEIRO	50401285251	585.716.043-04
056.ROSIVALDO DAS CHAGAS CORDEIRO	50010486280	324.862.192-34
057.RUBEN EVANDRO BASTOS MARTINS	08000108410	097.300.952-72
058.SEBASTIAO FLAVIO REIS FERREIRA	50012386413	331.117.742-87
059.SERGIO ALONSO PINTO E SILVA	50402154100	172.146.292-91
060.VERA LUIZA ROCHA HARSANY	08000122162	132.765.572-15
061.WALTER JOSE CAVALCANTE MARINHO	08020367322	020.328.052-00
062.WANZELLER ALBERTO SOUZA PAIVA	50013346083	467.090.532-53
063.WASHINGTON DE SOUSA FRAGOSO	50014055643	068.480.954-00

RONALDO MOTA SARDENBERG

Presidente do Conselho

ATO Nº 3.089, DE 9 DE JUNHO DE 2009

Processo nº 53528.006098/2008

Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no art. 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.RAFAEL FRONZA	80101918500	001.254.160-59
002.RAFAEL PINHO CREMONINI	80102768714	979.810.600-87
003.RAFAEL SONEGO	80104944455	965.668.840-68</td